

O aberto no orçamento de 83

por Reginaldo Heller
do Rio

O novo orçamento monetário para 1983, revisto e reprogramado em julho último, já consoante os entendimentos com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê uma rigorosa queda da liquidez real na economia, da ordem de 50%, quando comparada com o nível (tomado por base) registrado em 1978. O novo documento, que circula apenas reservadamente nos meios governamentais, considera um crescimento nulo do Produto Interno Bruto (PIB) em 1983; uma taxa de inflação de 138,6%; expansão da base monetária de 90% e dos meios de pagamento de 80%.

Logo no preâmbulo da apresentação do novo orçamento monetário, o Banco Central afirma que "a execução de uma política monetária restritiva deverá desempenhar um papel decisivo para o sucesso do objetivo de redução da inflação nos próximos meses", mas acrescenta que "sua execução exigirá um esforço excepcional do governo".

A estratégia definida pelo Banco Central para a redução da liquidez real na economia que, apenas em 1983, será da ordem de 27% deverá concentrar-se em três áreas básicas: 1 — geração e superávit fiscal que, apesar de toda a reprogramação monetária e

fiscal, manterá a mesma meta original de repasse para as autoridades monetárias de um total de Cr\$ 2,4 trilhões; 2 — contenção das operações ativas das autoridades monetárias; 3 — conter a injeção da moeda via open.

A este último propósito, afirma o Banco Central, "seria indispensável manter uma política realista de taxas de juros, de sorte a impedir que a injeção de moeda via resgates de títulos viesse a frustrar o controle da base monetária".

De fato, a previsão é de um total de resgates líquidos de títulos de Cr\$ 1,390 trilhão. Apenas no primeiro semestre aquele volume atingiu Cr\$ 572 bilhões, explicados, em grande parte, pela redução da carteira da Caixa Econômica Federal (Cr\$ 200 bilhões), do BNH (Cr\$ 92 bilhões) e do BNDES (Cr\$ 96 bilhões).

OPEN ELEVADO

Afirmam as autoridades monetárias no documento que "as taxas de overnight seriam necessariamente elevadas em um período de política monetária restritiva e em uma fase em que a redução do déficit público ainda não se fizesse repercutir sobre as taxas de juros". E, também neste caso, o déficit público tem sido sensivelmente pressionado. Para se ter uma idéia, entre os fatores de expansão da base monetária no primeiro semestre do ano os pagamentos por conta do governo federal

equivaleram a mais de um terço, somando Cr\$ 1,172 bilhão. Destes, os adiantamentos do Banco do Brasil para cobertura da dívida externa das empresas estatais (ou o montante de inadimplência do setor estatal), consignados na rubrica aviso-GB 588, somaram Cr\$ 731 bilhões, ou US\$ 1,8 bilhão, considerado um dólar médio no período de Cr\$ 400,00. Até o final do ano, o fluxo de recursos que as estatais deixarão de recolher deverá ascender a Cr\$ 1,5 trilhão.

As operações cambiais que, no primeiro semestre do ano, representaram um impacto monetário contractionista de Cr\$ 1,854 trilhão fecharão o ano com um saldo de Cr\$ 4,7 trilhões, ou um impacto estimado de Cr\$ 2,6 trilhões. Já o saldo dos depósitos em moeda estrangeira no Banco Central (Resolução nº 432) deverá ter um crescimento praticamente nulo, devido às compensações resultantes dos pagamentos de amortizações da dívida, situando-se em níveis superiores a Cr\$ 4 trilhões. No primeiro semestre, as instituições financeiras aumentaram seus depósitos em US\$ 1,1 bilhão. Ainda de acordo com a reprogramação do orçamento monetário, considerou para fins de gastos no custeio agrícola uma queda de 3% na área a ser plantada e um crescimento médio de 135% nos valores básicos de custeio nas regiões Centro-Sul.